

**O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA E OS EFEITOS NO  
TRABALHO DOS CATADORES: ESTUDO DE CASO NO RESIDENCIAL  
VIVENDAS DO PLANALTO – NATAL/RN**

**Raquel Maria da Costa Silveira**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Advogada, Bacharel em Gestão de Políticas Públicas, Mestre em Estudos Urbanos e Regionais e Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRN. raquelmcsilveira@hotmail.com.

**Jéssica Morais de Moura**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Bacharel em Gestão de Políticas Públicas e Mestranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN. jessica\_morais\_moura@hotmail.com.

**Camila Furukava**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Tecnóloga em Produção Civil (IFRN), Arquiteta e Urbanista, Mestre e Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN. camilafurukava@gmail.com.

## **INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa se insere na discussão sobre a problemática habitacional das cidades brasileiras, com o enfoque sobre os catadores beneficiados pelo primeiro conjunto do Programa Minha Casa, Minha Vida, faixa 1 construído em Natal-RN.

Historicamente, reconhece-se que grande parte da população do país possui os seus direitos violados, seja no tocante à provisão de moradia digna ou às inadequadas condições de acesso ao trabalho. Nessa perspectiva, os catadores de materiais recicláveis se veem diante de um novo conflito quando, beneficiados com uma unidade habitacional, são impossibilitados, a partir das regras impostas, a continuar seu trabalho.

Esse é o cenário presente no Residencial Vivendas do Planalto, objeto do estudo de caso, onde os catadores-moradores precisam lidar com conflitos emergentes do novo habitar. Diante disso, o objetivo desse trabalho é investigar quais são as mudanças ocorridas no cotidiano laboral desses indivíduos após o MCMV, por meio dos seguintes procedimentos:

entrevistas semiestruturadas com moradores do residencial e com representante da gestão municipal e visitas de campo para observação do cotidiano da atividade.

O trabalho inicia-se com a discussão da urbanização desenfreada e seus reflexos para o setor habitacional. Em seguida, traz-se uma abordagem sobre a catação de materiais recicláveis e sobre o desempenho dessa atividade no Brasil. Após este contexto, parte-se para o estudo de caso, com a apresentação dos conflitos enfrentados pelos catadores beneficiados com as unidades do Residencial Vivendas do Planalto.

### **DIREITO À MORADIA: DA URBANIZAÇÃO DESENFREADA AO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA**

O cenário de precariedade habitacional se reflete em todas as cidades brasileiras, existindo milhares de pessoas que habitam lugares impróprios. Em pesquisa realizada pela Fundação João Pinheiro (2012), foi apontado um déficit de 5,792 milhões de unidades habitacionais no Brasil, considerando-o não apenas como a falta de moradia, mas também a sua inadequação.

O aprofundamento dessa problemática está na raiz do crescimento das cidades, onde processo de urbanização não foi capaz de absorver adequadamente o elevado contingente populacional. A falta de moradia foi o primeiro sinal da ausência de planejamento urbano, agravado pela parca oferta de infraestruturas de serviços urbanos.

As iniciativas promovidas pelo poder público para conter a demanda populacional que carecia de moradia ocorreram em períodos históricos diversos, existindo momentos em que se constatava a completa ausência do Estado, a exemplo das habitações operárias em que as próprias fábricas eram responsáveis pela provisão da moradia. Em outra margem, destacam-se como marcos da produção habitacional estatal o período de atuação do Banco Nacional de Habitação – BNH e o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

Apesar dessas iniciativas, as cidades brasileiras enfrentam nos dias atuais consequências dessa ocupação desenfreada do território e dessa deficitária atuação estatal no tocante à provisão habitacional. O dado estimado pelo IBGE chega a um total de 11.425.644 brasileiros que vive em aglomerados subnormais, representando aproximadamente 6% da população do país (Censo, 2010). Esse número é alarmante se considerarmos que isso supera a população inteira de Portugal ou é equivalente a mais de três vezes a população do Uruguai.

Sobre o inchaço dos centros urbanos, Davis (2006) discorre sobre o processo de favelização e de empobrecimento das cidades, apontando que a população das favelas cresce cerca de 25 milhões de pessoas/ano no mundo. Essas pessoas fazem parte dos 89,6% que possuem renda variando entre 0 e 3 salários mínimos por mês e que não possuem moradias (Fundação João Pinheiro, 2012).

Essa população é a que mais sofre com a ausência de moradias, pois além das dificuldades de inserção no mercado de trabalho, é marginalizada no território, ocupando assentamentos precários e sofrendo as consequências da falta de acesso à cidade. Com precárias condições habitacionais, esses indivíduos convivem com a pobreza, trabalhando na informalidade e utilizando o espaço urbano na tentativa de conseguir seu sustento, a exemplo dos catadores de materiais recicláveis.

Nesse contexto, para Maricato (2007), o cotidiano das cidades é composto por desemprego e pobreza urbana, associando a imagem das cidades brasileiras ao arcaico cenário de epidemias, enchentes, desmoronamentos, poluição, favelas e violência, onde a modernização, a cidadania e os direitos são apenas para alguns. Nessa compreensão, o trabalho informal é uma das marcas dessa população desassistida, reforçada pela dificuldade de acesso aos serviços de infraestrutura urbana.

A luta pelo direito à cidade e pelo direito à moradia surge em contraposição a esse modelo de urbanização excludente, que ao longo de décadas absorveu elevado contingente de pessoas pobres, sem integrá-las às cidades. De acordo com Rolnik (2009), os moradores de assentamentos informais, periferias e favelas, aliados a setores das classes médias, consolidaram as bases de um movimento pela Reforma Urbana. Essa agenda social estava comprometida com a luta pela ampliação da cidadania, incluindo a melhoria de serviços públicos e ampliação dos investimentos na urbanização e regularização de favelas, garantindo direitos básicos à população.

Assim, intervenções passaram a permear o cenário da construção de uma agenda pública, iniciando novas práticas e políticas e a promulgação de legislações específicas, tal como o caso do Estatuto da Cidade (lei n. 10.257, em 2000), da Lei do Fundo Nacional de Moradia Social (lei n. 11.124, em 2005) e a criação do Ministério das Cidades em 2003, capazes de tratar os direitos historicamente violados.

Nesse sentido, observa-se a construção de um modelo de enfrentamento do déficit habitacional brasileiro, articulado com os três níveis de governo e que instituiu, em 2009, o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV.

O PMCMV estrutura-se em três faixas de renda, sendo a primeira destinada a famílias com renda mensal inferior a 3 salários mínimos, que podem receber subsídios de até 96% do valor do imóvel. Para a segunda faixa, no segmento de renda familiar entre 3 e 6 salários mínimos, os juros cobrados são menores que os de mercado e os subsídios podem chegar a R\$ 25 mil por família. Na terceira faixa, acima de 6 a 10 salários, não existe subsídio no valor do imóvel, mas as taxas de juros são menores que as de mercado.

Segundo o Ipea (2012a, p.4), “O advento do MCMV institui um novo momento no quadro institucional municipal, o qual está associado à produção pública de habitação de interesse social”. Para a seleção dos beneficiários das unidades habitacionais - faixa 1, são levados em consideração critérios, tais como ser maior de 18 anos, não ser proprietário de imóvel, ser residente e domiciliado na localidade e possuir renda familiar entre 0 e 3 salários mínimos.

Sem considerar os inúmeros desafios do programa, o que se pretende discutir é o impacto do PMCMV na vida dos catadores beneficiados com unidades habitacionais, os quais se veem diante do impasse de aquisição da casa própria e a realização de um sonho, versus a continuidade do seu trabalho. Habitados com a informalidade e com rotinas que divergem bastante da vida condominial, os moradores beneficiados com unidades habitacionais dos conjuntos do PMCMV passam por um processo de adaptação e precisam adequar o seu meio de vida aos novos padrões impostos pelos regimentos que integram o programa.

A seguir, será destacada a atividade da catação, buscando-se demonstrar suas principais características e a informalidade que a permeia, a fim de apresentar os entraves enfrentados por esses indivíduos diante do novo contexto em que estão inseridos.

## **A CATAÇÃO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: QUEM É O CATADOR E COMO SE DÁ O DESEMPENHO DA ATIVIDADE**

A catação de materiais recicláveis é desempenhada por indivíduos provenientes de múltiplos processos de exclusão. Marginalizados do mercado formal de trabalho, realizam

uma atividade importante para a sociedade diante do modelo de gestão de resíduos sólidos adotado no Brasil.

No país, estima-se que 90% do material reciclável é recuperado pelas mãos dos catadores (Ipea, 2013). O impacto positivo dessa atividade para o meio ambiente é indubitável, entretanto, certos aspectos sociais, como a geração de emprego e renda e a melhoria das condições de trabalho para os indivíduos que a desempenham, ainda precisam ser discutidos.

Conforme o Ipea (2012b), não há uma estimativa exata da quantidade de catadores no Brasil, até mesmo pela informalidade que envolve a atividade. O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis considera a existência de 800 mil indivíduos na catação, já o Compromisso Empresarial para a Reciclagem informa uma margem entre 300 mil e 1 milhão de pessoas que se dedicam a atividade. Diante da divergência dos dados, um intervalo seguro vai de 400 mil a 600 mil indivíduos (Ipea, 2012). Apesar dessa variação é possível perceber que a atividade é desenvolvida por uma quantidade considerável de indivíduos, o que requer a devida atenção do poder público, sendo, o primeiro passo, conhecer suas principais características.

Nesse sentido, até 2010, grande parte da coleta dos materiais recicláveis se deu em lixões a céu aberto. Porém, após a vigência da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010) e a determinação de erradicação desses lixões, o trabalho da catação passa a ser realizado, principalmente, nas ruas e avenidas dos municípios brasileiros.

Para a realização da catação os indivíduos utilizam poucos instrumentos, sendo a sua principal ferramenta o uso da força física. A fim de conduzir o material coletado, utilizam-se de carroças à tração animal ou de carrinhos, que são puxados pelas ladeiras da cidade. Quando cooperativados, as melhores condições de trabalho proporcionam a utilização de caminhões para o transporte do material.

Assim, destaca-se que essa atividade pode se dar de forma autônoma ou organizada. No primeiro caso, é desenvolvida por conta própria, de maneira que o trabalhador assume os riscos da atividade. Não há patrão e não existe direito trabalhista garantido de forma concreta e adequada à legislação brasileira. Esses catadores autônomos coletam os materiais descartados nas ruas, rasgando sacos de lixo para a retirada dos restos do consumo alheio.

Em contraposição, encontra-se o catador organizado em cooperativas ou associações, percebidas como formas de geração de renda no contexto da economia solidária, que tem como princípio básico a propriedade coletiva ou associada do capital, caracterizando-se pela administração democrática, concretizada na prática da autogestão (Singer, 2002).

A inserção de indivíduos em cooperativas e associações foi a forma escolhida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos para promover a inclusão social do catador, tendo-se como diretriz “o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis” (art. 8º, IV, PNRS).

Essas organizações são percebidas como facilitadoras da transformação da realidade desses indivíduos por fomentar o reconhecimento da atividade e a garantia dos diversos direitos postos formalmente à categoria. Os catadores organizados, geralmente, participam da coleta seletiva oficial dos municípios, recolhendo os materiais nas portas das residências ou em pontos estrategicamente implantados na cidade.

Qualquer que seja sua forma de trabalho dentre as destacadas anteriormente, é notório que o catador é presença constante no espaço urbano. Nessa perspectiva, torna-se essencial refletir sobre a inserção desse indivíduo no espaço urbano, visto que é evidente o contato direto do catador recolhendo os resíduos recicláveis, preferencialmente, nas áreas mais ricas da cidade (em função do acúmulo de materiais de maior valor).

Esse indivíduo, em seu fluxo diário, percorre a cidade, vivenciando suas contradições e sendo exemplo vivo da exclusão socioespacial ditada pelo modo de produção capitalista. Por depender do espaço para a realização de sua atividade, o catador adentra os mais diversos ambientes, demonstrando a impossibilidade de camuflagem da pobreza no espaço urbano:

Ver a cidade sob a ótica dos catadores(as) significa refletir sobre os lugares existentes como espaços de conflitos e de pluralidades de práticas inscritas cotidianamente, pois vários interesses estão envolvidos na constituição das localidades e as referências dos territórios aparecem como marcas nas relações que se estabelecem cotidianamente e que são feitas e refeitas pelos diversos sujeitos sociais no jogo do espaço urbano (Souza, 2012, p.5).

Observar o catador na cidade permite compreender as relações sociais que se estabelecem no urbano por meio da percepção de indivíduos que produzem o espaço a partir da realização do seu trabalho, impactando a paisagem de duas formas contraditórias: ao mesmo tempo em que retira do espaço físico os materiais resultantes do consumo, ajudando

na sua limpeza, a catação é a materialização das diferenças sociais geradas pelo capitalismo, sendo o catador, muitas vezes, presença indesejada na cena urbana.

Em sua caminhada, o catador apreende realidades sobre a cidade que pouco são notadas pelos demais habitantes, tais como os aspectos topográficos e físicos da cidade, que o ajudarão a carregar seu carrinho com menor dificuldade. Esse conhecimento permite saber por onde pode e deve passar, considerando: o grau de aceitação da atividade pela população; a viabilidade da catação, com base nos materiais mais descartados por cada bairro que proporcionarão a ele maior renda; e, o melhor horário para a coleta:

Num segundo plano de análise, chegamos à dicotomia: lixo rico do rico e lixo pobre do pobre. (...) a classe dominante melhor instalada na cidade produz maior quantidade de embalagens (papelão, papel e plástico), latas de aço e de alumínio, além de cartuchos de impressora e, gera mais sucata por entender que seu produto se deprecia, às vezes, simplesmente, pelo novo lançamento do mercado, tornando-se a fonte do lixo seco de maiores valor econômico e magnitude (Cunha, 2001, p.16).

Este grupo, portanto, conhece a riqueza e a pobreza urbana. Esta ele vislumbra e vivencia diariamente, enquanto aquela ele apenas percebe visualmente como uma realidade distante da qual detém seus restos. Assim, o catador tem um trabalho informal ou em vias de formalização (por meio das organizações) e, mesmo conhecendo intimamente a cidade e nela circulando, habita-a de maneira improvisada ou precária, não consumindo todos os seus espaços.

Como não consumidores da cidade formal, inclusive pelo alto custo do solo urbano nas centralidades – local de maior concentração dos resíduos – abre-se uma discussão sobre a localização da habitação e do trabalho, na medida em que o serviço de um catador requer um esforço físico do indivíduo ou do animal de deslocamento e de suporte de carga. Isto traz para a realização da atividade uma necessidade de morar próximo dos locais de coleta, pela limitação física, ou ainda impossibilidade de realizar essa profissão, quando o indivíduo não se insere em uma cooperativa.

Outro fator é que este público aponta para uma demanda de moradia horizontal e não verticalizada, já que não é rentável levar pequenas quantidades de resíduo ao ponto de venda e este, não necessariamente está nas proximidades de onde o catador reside ou coleta, o que o leva a acumular em sua moradia.

Assim, a habitabilidade - considerada aqui como unidade habitacional, acesso às redes de infraestrutura, mobilidade urbana, posse da terra, direito comunitário, condições de

higiene e salubridade, acesso aos serviços públicos e equipamentos comunitários - não é atingida em sua totalidade. Isso pode ocorrer quando, em função dos processos de exclusão que se impõem a essa categoria, o acesso aos direitos sociais básicos, como a moradia, são suprimidos ou, quando se dão, são por meio das ações perpetradas pelo Estado.

No tocante à habitação, o PMCMV estabelece a concessão de moradias como forma de reduzir o déficit habitacional brasileiro, no qual podemos inserir em grande volume indivíduos que sobrevivem da atividade da catação. Assim, em nível local, muitas famílias compostas por catadores foram beneficiadas com unidades habitacionais.

Ocorre que, pela análise de situações concretas, torna-se possível vislumbrar a existência de problemas provenientes da mudança dos indivíduos para novas habitações. Justamente em função das peculiaridades e necessidades que caracterizam a atividade, o indivíduo passa a vivenciar obstáculos no desempenho de seu trabalho, seja em razão de sua mudança para área distante da que normalmente coletava ou pelas regras condominiais que os impedem de estacionar suas carroças ou armazenar o material coletado dentro das dependências do empreendimento.

Assim, percebe-se a existência de um desajuste entre as políticas habitacionais e aquelas que objetivam a inclusão social de forma ampla, o que, possivelmente, ocorre em função da falta de diálogo e da consecução de ações conjuntas dentro dos órgãos que compõem a administração municipal. É o que se passa a delinear no presente estudo.

### **A CATAÇÃO NO COTIDIANO DO RESIDENCIAL VIVENDAS DO PLANALTO: OS ALCANCES E LIMITES DO PODER PÚBLICO NA RELAÇÃO DA ATIVIDADE COM A MORADIA**

Em Maio de 2014, o sonho da casa própria tornou-se possível para aproximadamente 400 famílias que residiam em assentamentos precários da cidade de Natal/RN. A entrega do conjunto habitacional “Residencial Vivendas do Planalto”, construído através do PMCMV no bairro do Planalto, Zona Oeste, significou uma nova vida para um grupo de famílias que vivia marginalizado, sem acesso às condições mínimas de higiene e salubridade nas favelas que os abrigavam.

O conjunto do PMCMV contemplou unidades habitacionais para famílias residentes em três assentamentos e viabilizado numa parceria entre a Caixa Econômica

Federal, construtoras e Prefeitura, promovendo 896 apartamentos que se configuraram no novo lar de famílias dos assentamentos 8 de outubro, Monte Celeste, Anatólia e para famílias beneficiárias que conquistaram a moradia por meio de sorteio.

O empreendimento contempla uma estrutura de 112 blocos, verticalizados em dois andares, sendo 4 unidades por pavimento. Cada apartamento possui sala, dois quartos, WC social, hall e cozinha conjugada com a área de serviço, em uma área privativa de 43,18m<sup>2</sup>. O programa oferece ainda unidades adaptadas no pavimento térreo, com vagas acessíveis para portadores de necessidades especiais. A unidade habitacional foi orçada em R\$52.000 mil reais e a prestação a ser paga pelo beneficiário varia entre R\$25,00 e R\$80,00.

A área de equipamentos comunitários dispõe de praça, playground, centro de convivência e quadra poliesportiva. As vias de paralelepípedos são largas, separadas por canteiros centrais e margeadas por calçadas acessíveis, dotadas de iluminação pública. Há um castelo d'água, além de medidores de água e energia individualizados por unidade habitacional.

A nova forma de moradia é vista como a conquista de um direito, após anos de reivindicações. Estudos realizados para a elaboração do Plano Local de Habitação Social de Natal (2009) revelam que, em 2008, havia 92.942 habitantes morando em 70 assentamentos precários.

A mudança dos beneficiários para o Residencial significou um novo passo para as famílias, no entanto, conforme se pretende demonstrar, se faz necessário refletir sobre os novos moldes da vida condominial e o impacto disso na relação de trabalho dos catadores de materiais recicláveis que compõem o grupo de beneficiados pelo programa.

Em regra, nos assentamentos aos quais pertenciam, os barracos eram pequenos, desconfortáveis, a mercê do calor e da chuva. Ao redor da “propriedade” eram cultivadas frutas e verduras, além da criação de animais. Ainda existiam as caçambas e todo o amontoado de recicláveis acumulados pelos habitantes.

O emblema que tem causado a reflexão da presente pesquisa consiste nos efeitos trazidos pela mudança do catador para a nova modalidade de habitação. Em razão da impossibilidade dos novos beneficiários levarem para o novo lar os velhos modos de vida, agora devem adaptar-se à vida em condomínio, respeitando o direito de vizinhança e cumprindo regras estabelecidas de forma taxativa ou tácita.

A mudança dessa população acarreta numa nova vida, talvez mais digna, porém, mais cara. Além da prestação da moradia, arcar com água e luz pode ser muito para quem não possui acesso à renda e convive com escassas oportunidades de emprego. Acrescente-se a esse fator os obstáculos para a realização de atividades, a exemplo da catação de recicláveis, pois, na nova moradia, não é permitida a presença de animais nem tampouco existe lugar apropriado para o acúmulo dos materiais.

Diante dessa problemática, foram realizadas entrevistas com representante da Secretaria Municipal de Habitação, Regularização Fundiária e Projetos Estruturantes – SEHARPE, e com moradores do conjunto, além da observação *in loco*. Dentre os moradores entrevistados encontram-se duas chefes de família – catadoras, que não atuam mais por motivos de saúde, pela distância do conjunto da antiga área de coleta e por ser proibido manter o animal no conjunto; um pai de família que se apropriou de terrenos vizinhos ao empreendimento para manter seus animais, carroças e material coletado; e, por fim, uma moradora do conjunto, que não atua como catadora, mas relata como se dá a convivência entre os moradores nesse contexto.

Com as entrevistas observou-se um alto custo intrínseco a essa forma de morar, com padrões de difícil acesso para trabalhadores informais. Esse fator se agrava quando a baixa escolaridade dos condôminos e a localização do empreendimento não são favoráveis à relação moradia/emprego. Neste caso, o Residencial é afastado dos centros de emprego que absorvem essa mão de obra, cercado de bairros de menor renda, e, no caso do catador, há uma menor quantidade de material gerado para coleta. Durante as entrevistas realizadas, esses fatores foram apresentados pelos moradores como dificuldades, conforme expressou uma das ex-catadoras:

-Vocês preferiam ficar na reciclagem? [ENTREVISTADORA]

Preferia. Se fosse por mim, nem aqui eu tava morando, tava lá no assentamento mesmo levando chuva. [ENTREVISTADA 2 – Ex-catadora].

- Qual foi a principal dificuldade no trabalho de vocês? [ENTREVISTADORA]

A distância, a carroça. Muitos que eram carroceiro aqui tão passando por dificuldade. [ENTREVISTADA 2 – Ex-catadora].

Neste tocante, a SEHARPE afirma ter buscado reduzir os efeitos da mudança, acolhendo o direcionamento do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social, ao considerar a territorialidade como critério de seleção de moradores. Entretanto, deve-se considerar que a principal forma de deslocamento dessa faixa de renda é a pé, de maneira que

a menor distância de realocação pode ser considerada impactante. Assim, a localização do empreendimento é elemento condicionante para a sustentabilidade do Residencial e para a inserção desse morador à cidade.

Retoma-se aqui que o trabalho do catador é realizado de acordo com as apreensões e vivências que ele tem com o espaço e da sociedade, ao mudar a localização, alteram-se também as relações, o conhecimento físico e social da cidade e as formas de apropriação dos espaços, ampliando a exclusão e dificultando a realização da atividade.

O PMCMV direciona a escolha do terreno para construtora, o que faz com que ela busque terrenos de menor custo para ter rentabilidade com a obra. Diante disso, a maioria dessas propriedades encontra-se em regiões de pouca visibilidade e fluxo de pessoas e recursos, ampliando a exclusão social. Neste sentido, a Secretaria apontou dificuldade na busca por alternativas, uma vez que os terrenos mais centrais são caros para a realização do padrão de empreendimento em questão.

Em campo, outras dificuldades foram observadas como a não priorização do trabalho social no conjunto. Segundo a SEHARPE, dois aspectos entravam a busca de soluções para os problemas detectados: 1. O planejamento foi elaborado em uma gestão e implementado em outra; 2. Nem todas as unidades do residencial haviam sido entregues, o que atrasava o início do trabalho social.

Mesmo com previsão de início das atividades em 2015, pode-se afirmar que o acompanhamento social, que inclui as soluções para a problemática dos catadores já detectada pela Prefeitura, é urgente e essencial para a efetividade da política. Para tanto, é fundamental a continuidade do contato entre a secretaria de habitação e a secretaria de ação social do município, a fim de que o planejamento de ações conjuntas traga efetividade a essa política e aos próximos empreendimentos.

Um fator impactante apresentado pelos entrevistados é a proibição da manutenção de animais. Esta norma está diretamente ligada aos catadores, dificultando a realização de suas atividades. Há, ainda, mais um conflito entre esta ocupação e o formato da moradia, isto porque, com unidades privativas de pequeno porte, somados a rigidez inerente ao formato vertical da tipologia edilícia, não é possível armazenar recicláveis na unidade, o que leva ao acúmulo desses materiais no estacionamento. Para as duas chefes de família entrevistadas, esse ponto foi primordial no abandono da atividade, o que dificulta o pagamento das novas despesas:

Desde que a gente veio pra aqui, um sufoco, noite tem pra comer, noite não tem [...] Eu tenho três filhos e três netos. Vinha tudo de reciclagem (a renda). [...] [ENTREVISTADA 1 – Ex-catadora].

A norma é uma medida coletiva. Do ponto de vista da salubridade, o armazenamento dos resíduos em áreas comuns pode trazer males à saúde dos moradores. Outros pontos contestados são o mau cheiro e a paisagem. Acerca das consequências dessa proibição para o desempenho da catação, afirmou-se:

O animal não tá aqui, que não pode ficar. O de mainha morreu tudinho. Depois que a gente trouxe pra cá disseram que não podia tá com carroça aqui, nem animal, eu soltei o animal. [...] Muitos dos que veio do assentamento, lá não passava necessidade não, mas aqui passa. [...] Juntar um berg de material aqui não tem nem como, porque os vizinho reclama. Um Berg de material vai juntar rato com inseto, barata. Lá como era o assentamento, tinha bastante terreno, cada um fazia seu barraco, fazia um quintal grande, juntava, deixava a carroça lá também, não tinha problema. [...] o meu trabalho era de segunda ao sábado só a parte da manhã. Eu só vendia por mês [...] eu fazia R\$ 600,00. Agora eu só tenho só meu Bolsa Família mesmo. [ENTREVISTADA 2 – Ex-catadora].

No quesito paisagem, há de se levantar a questão do processo de favelização desses conjuntos, já que segundo relatos há mais de 30 famílias que realizam a atividade, de forma que, se permitido o acúmulo do material em áreas coletivas, isto geraria uma influência direta na higienização e no formato de apropriação dos outros residentes pelo espaço. O conflito identificado se estabelece tanto pelo formato da habitação, quanto pelo catador não se vincular a uma cooperativa.

Quando questionada sobre as alternativas já pensadas para a problemática do desempenho da catação, a SEHARPE informou ser cogitada a formação de uma cooperativa para os catadores que habitam no conjunto. Porém, desde já, vislumbram-se novos entraves na consecução dessa ação, visto que, durante a entrevista realizada com os moradores, a possibilidade de trabalho em cooperativa foi fortemente descartada, mesmo que facilitasse o acúmulo do material, a locomoção e a organização da ocupação:

-O senhor já foi de cooperativa? [ENTREVISTADORA]

Eu quando comecei, comecei na coleta seletiva. A coleta seletiva não deu certo. [...] a pessoa tem que ganhar todo dia pra comer todo dia. A pessoa recebia por quinzena...Vai deixar a família morrer de fome é? Recebia menos...saía 80, 70 por quinzena. Eu trabalhando na carroça aí, faz 100, 150, 200 por semana. Eu saio de casa de madrugada, chego em casa de 11-12h. Eu sou mais trabalhar solto, pra mim mesmo. [ENTREVISTADO 4 – catador].

No mesmo sentido, outra entrevistada direciona:

Trabalhar sozinha é melhor, que é só pra a pessoa mesmo. A pessoa trabalhar pra 2,3. Tem minha colega ali, ela trabalha na coleta. Se ela faltar 1 dia, já é trinta real. E inda mais eles explora, que a pessoa sai com um Berg de material carregando nas costa. Ela ta com sabe quantos mês atrasado? quatro mês. [ENTREVISTADA 2 – Ex-catadora].

Diante desse quadro, observa-se a incompatibilidade entre o que a secretaria aponta como solução e o que os catadores desejam, cabendo a compreensão da realidade local, a fim de promover a adequação das ações previstas. O que a secretaria propõe não é, por si, inviável, já que tal alternativa é realidade em alguns conjuntos habitacionais no Brasil, a exemplo do conjunto Três Marias em São Bernardo do Campo – SP. Entretanto, a concretização desse modelo de organização no conjunto estudado exigirá a implementação de outras ações educativas por parte do município, para construir uma gestão coletiva necessária ao bom funcionamento da cooperativa. Em razão da inexistência dessas ações, novos conflitos e alternativas vão sendo aplicadas para possibilitar a atividade do catador no dia a dia da comunidade:

- O senhor deixa a carroça aonde? [ENTREVISTADORA]

Ali no terreno. Nós cercamos lá e tamo colocando. Num tinha nada [...] nós fomos e fizemos um cercado. Por aqui não pode que a Caixa disse que não podia. [ENTREVISTADO 4 – catador]

-Mudou alguma coisa da renda da família?

Diminuiu mais porque aqui é tudo longe, né? [...] Aqui ficou mais longe...

-Pra morar e pra trabalhar era melhor lá?

Era melhor lá, ficou longe distante, tem que subir essa ladeira aí. [...] Se a pessoa não for desenrolado...

Neste sentido, o programa, embora resolva a questão da qualidade edilícia da habitação e atenda a demanda coletiva de salubridade e higiene dos espaços comuns, não abrange a habitabilidade do indivíduo que terá de encontrar soluções para conflitos antes não existentes, a exemplo de um novo meio de sobrevivência para o catador.

Diante desse relato, as principais alternativas encontradas pelos catadores para buscar solucionar os conflitos oriundos do distanciamento moradia/trabalho, das poucas oportunidades de trabalho para esse grupo de baixa escolaridade, além da mudança na forma de se morar, foram: 1. Largar a atividade de catador e começar a realizar pequenos serviços no mercado informal; 2. Largar a atividade e buscar inserção nos programas assistencialistas do Governo Federal; 3. Abandonar o residencial para retornar para um assentamento mais central, mesmo em piores condições de habitação; 4. Encontrar alternativas diferentes para o

desempenho da catação, como a apropriação de terrenos no entorno do Residencial para colocar os animais e os resíduos coletados.

Para os vizinhos que convivem com essa realidade, é preciso pensar em espaços que possam garantir trabalho e renda, sem prejudicar o cotidiano e a saúde dos demais moradores:

-A senhora sabe se pode usar carroça aqui? [ENTREVISTADORA]  
Aqui? Na verdade não pode, mas é o único meio de vida deles. [...] O que é que ele alega? Que é o meio de trabalho dele. Como é que ele vai pagar o apartamento? Uma água? Uma luz? Na verdade se acostumou, né? Com essa situação...Eu acredito que quem mora com eles lá deve se sentir incomodado. Porque acumula lixo, né? [ENTREVISTADA 3 – Moradora]

Diante da problemática pesquisada, pode-se indicar que, por parte dos moradores – catadores cabe serem proativos, buscando, em conjunto, soluções formais que possibilitem a realização e a valorização de seu trabalho próximo a suas habitações em locais mais salubres e adequados.

Assim, durante esta pesquisa, destacou-se a necessidade de relacionar os espaços públicos não apenas aos locais de convívio dos moradores, mas também a áreas destinadas à prática de suas profissões. Afirma-se que a inserção desse indivíduo demanda além da habitação formal, a possibilidade de um trabalho digno. Com isso, aponta-se a necessidade de que a política habitacional esteja conjugada a ações de cunho social, que possibilitem ao indivíduo a sua real inserção, a exemplo de políticas de capacitação e geração de emprego e renda nesses residenciais, desde o cadastro dos beneficiários até após a entrega da unidade.

Tal medida se torna essencial para que, ao mudar-se, o beneficiário não desconstrua seu modo de vida e sobrevivência, modificando o seu cotidiano para se adequar ao novo estilo de vida que a ele se apresenta.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa destacou uma problemática decorrente da mudança de estilo de vida dos beneficiários do primeiro conjunto habitacional do PMCMV em Natal. Assim, a limitação do desempenho da atividade é o principal efeito da implementação dessa política para os catadores, em razão das novas regras de convivência.

Apontam-se como fatores impeditivos à efetividade do programa para esse público, a distância do residencial aos pontos habituais de coleta e dos centros de empregos e

a impossibilidade de manter o animal utilizado na catação e o material coletado nas unidades habitacionais e áreas comuns. Entretanto, o imperativo da sobrevivência obriga o catador a buscar novas soluções, sejam elas a continuidade da catação, a inserção em outras ocupações ou a dependência de programas sociais, como o Bolsa Família.

A exclusão desses indivíduos constitui-se em um antigo problema social, mas agora reformulado como resultado da política habitacional do município, a qual proveu um novo formato de habitação, entretanto, não forneceu o devido amparo de ações sociais para minorar seus efeitos e promover inclusão social. Ressalta-se, portanto, a importância de um projeto técnico social e da identificação das implicações provocadas, a fim de que possam ser efetivos os encaminhamentos sociais a serem realizados.

Compreende-se, igualmente, que a resolução desse conflito parte também de uma busca individual por novos formatos institucionalizados de atuação na atividade e por alternativas que perpassem a organização coletiva dos moradores do Residencial. Portanto, para minimizar os efeitos identificados, aponta-se a necessidade de formulação de ações conjuntas entre as secretarias e os moradores, em um formato contínuo e participativo de planejamento e gestão, evitando assim, a implementação de ações rechaçadas pelos residentes.

## REFERÊNCIAS

Cunha, B. B. 2011. A territorialidade dos catadores de lixo em Belém. [Online]. Disponível em: [www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall1/Geografiasocio](http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egall1/Geografiasocio)

Davis, M, 2006. Planeta Favela. São Paulo, Boitempo.

Fundação João Pinheiro 2014. Déficit habitacional no Brasil 2011-2012: resultados preliminares [Online]. Belo Horizonte: Centro de Estatística e Informação. Disponível em: <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/deficit-habitacional/363-deficit-nota-tecnica-dh-2012/file>. [Acessado 10 Outubro 2014].

Ipea 2012a. O programa Minha Casa Minha Vida em municípios até 50mil habitantes: Quadro institucional e prognósticos da provisão habitacional de interesse social [Online], Comunicado N° 146. Brasília: Ipea. Disponível em: [http://www.abconline.org.br/wpcontent/uploads/2012/08/120503\\_comunicadoipea0146.pdf](http://www.abconline.org.br/wpcontent/uploads/2012/08/120503_comunicadoipea0146.pdf). [Acessado 14 Novembro 2014].

Ipea 2012b. Diagnóstico sobre catadores de resíduos sólidos [Online], Relatório de Pesquisa. Brasília: Ipea. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa> [Acessado 14 Novembro 2014].

Ipea 2013. Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável – Brasil [Online] Brasília: Ipea. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao\\_social/131219\\_relatorio\\_situacao\\_social\\_mat\\_reciclavel\\_brasil.pdf](http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/situacao_social/131219_relatorio_situacao_social_mat_reciclavel_brasil.pdf). [Acessado 14 Novembro 2014].

Maricato, E. 2007. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias: planejamento urbano no Brasil. In Arantes, Otília; et al, 2007. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, Vozes.

Rolnik, R. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil [Online], 11, n. 2. Disponível em: <http://unuospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/219/203>. [Acessado 20 Outubro 2014].

Singer, Paul. 2002. Introdução à Economia Solidária. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

Souza, J. A, 2012. Catadores(as): a arte de dizer e de territorializar a cidade [Online]. Disponível em: [www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340380310\\_ARQUIVO\\_J.Amilton-ABHO-ArtededizereterritorializaraCidade.pdf](http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1340380310_ARQUIVO_J.Amilton-ABHO-ArtededizereterritorializaraCidade.pdf). [Acessado 15 Outubro 2014].